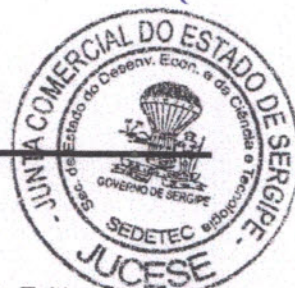


IX – ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-EPP



Os infra-assinados **MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, brasileiro, natural de Tobias Barreto/Se, nascido em 01/12/1962, casado sob o regime da comunhão universal de bens, Empresário, portador da C.I. nº. 345.415 SSP/Se, e CPF nº. 256.598.395-68, residente na Rua A, nº. 111, Edf. Palma de Mallorca apto. 1001 – Bairro Grageru – CEP 49027-100 – em Aracaju/SE; e **DURCE DE LEMOS ALMEIDA**, brasileira, natural de Tobias Barreto/Se, nascida em 13/03/1967, casada sob o regime da comunhão universal de bens, Pedagoga, portadora da C.I. nº. 779.774 SSP/Se, e CPF nº. 409.581.595-72, residente na Rua A, nº. 111, Edf. Palma de Mallorca apto. 1001 – Bairro Grageru – CEP 49027-100 – em Aracaju/SE, únicos sócios da firma **PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-EPP**, registrada na **MMª JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE** sob o **NIRE nº. 2820021350-8** em sessão do dia 11/07/1996, firma estabelecida na Rua 7, Quadra 17- Lote 4A, Distrito Industrial de Socorro - CEP: 49160-000 – Em Nossa Srª do Socorro/SE, com o CNPJ sob o nº. 01.278.227/0001-66, e CMC 53759-8, resolvem entre si e de comum acordo altera a cláusula II do seu contrato Social, o que fazem mediante condições seguintes:

A – Neste ato, a sociedade resolve baixar seu estabelecimento nº. 02, denominado filial nº. 01, situada na Rua Porto da Folha, nº. 1140 – Bairro Cirurgia – CEP 49055-540 – em Aracaju/Se, inscrita no CNPJ sob o nº. **01.278.227/0002-47 e NIRE 28900144959.**

B – Neste ato, a sociedade resolve consolidar o seu Contrato Social.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-EPP

Os infra-assinados **MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, brasileiro, natural de Tobias Barreto/Se, nascido em 01/12/1962, casado sob o regime da comunhão universal de bens, Empresário, portador da C.I. nº. 345.415 SSP/Se, e CPF nº. 256.598.395-68, residente na Rua A, nº. 111, Edf. Palma de Mallorca apto. 1001 – Bairro Grageru – CEP 49025-100 – em Aracaju/SE; e **DURCE DE LEMOS ALMEIDA**, brasileira, natural de Tobias Barreto/Se, nascida em 13/03/1967, casada sob o regime da comunhão universal de bens, Pedagoga, portadora da C.I. nº. 779.774 SSP/Se, e CPF nº. 409.581.595-72, residente na Rua A, nº. 111, Edf. Palma de Mallorca apto. 1001 – Bairro Grageru – CEP 49025-100 – em Aracaju/SE, únicos sócios da firma **PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-EPP**, registrada na **MMª JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE** sob o **NIRE nº. 2820021350-8** em sessão do dia 11/07/1996, firma estabelecida na Rua 7, Quadra 17- Lote 4A, Distrito Industrial de Socorro - CEP: 49160-000 – Em Nossa Srª do Socorro/SE, com o CNPJ sob o nº. 01.278.227/0001-66, e CMC 53759-8, resolvem entre si e de comum acordo consolidar o seu contrato social, conforme segue:

CLÁUSULA I – DENOMINAÇÃO SOCIAL E TIPO DE SOCIEDADE

Sob a denominação de **PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-EPP**, tendo como nome de fantasia **"PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL"**, é constituída uma Sociedade Limitada, regida pelo Contrato Social e demais alterações, nos termos da Lei nº. 10.406/2002, Capítulo II – Da Sociedade Limitada e mais legislação aplicável, para os casos omissos.

(Handwritten signatures)

CLÁUSULA II – SEDE, FILIAIS, AGÊNCIAS OU SUCURSAIS

A sociedade tem a sua sede na Rua 7, Quadra 17 - Lote 4A, Distrito Industrial de Socorro - CEP: 49160-000 - Em Nossa Srª do Socorro/SE, podendo sua administração estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional.

CLÁUSULA III - OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto: Fabricação de painéis, letreiros e placas de qualquer material; Fabricação de painéis e letreiros luminosos completos; Fabricação de artefatos de Acrílico, plásticos, artigos para escritório, caixas e urnas, vinil, display, expositores e mostruários de material plástico; Montagens e desmontagem de estruturas metálicas; Fabricação de estrutura modulares para exposição. A impressão, sob contrato, de impressos publicitários ou promocionais calendários, pôsteres, cartazes, catálogos promocionais, catálogos de arte, tablôides e encartes, kits promocionais, banners, outdoors, malas direta; A impressão, sob contrato, de impressos para usos diversos, cardápios, cartões de apresentação e de mensagens, diplomas, convites, a impressão por dados variáveis transacionais, contas telefônicas, extratos bancários; Os serviços de acabamentos gráficos, como: colagem, dobra manual e mecânica, picote, intercalação, encadernação ou plastificação, furação, relevo, corte e vinco, gofragem, envernizamento, hot stamping, laminação e serviços afins, sob contrato; e a instalação, anúncios e letreiros luminosos, outdoors, placas e painéis de identificação.

Objeto esse que poderá ser reduzido, ampliado ou modificado de acordo com a deliberação dos sócios.

CLÁUSULA IV - PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 11/07/1996, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado. (Art.997,II,CC/2002)

CLÁUSULA V - CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) divididos em 200.000 (Duzentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, que os sócios subscrevem e integralizam em moeda corrente do país.

O Capital Social fica assim distribuído:

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Com 190.000 quotas subscritas e integralizadas
Totalizando (95%).....R\$ 190.000,00

DURCE DE LEMOS ALMEIDA
Com 10.000 quotas subscritas e integralizadas
Totalizando (05%).....R\$ 10.000,00

TOTAL DO CAPITAL SOCIAL R\$ 200.000,00

Parágrafo único - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento unânime dos sócios não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

CLÁUSULA VI - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 da Lei nº.10.406/2002.

CLÁUSULA VII - ADMINISTRAÇÃO

A sociedade é administrada de forma isolada ou conjunta por **MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA ALMEIDA e/ou DURCE DE LEMOS ALMEIDA**, podendo ser especialmente contratado administrador não-sócio nos termos do art. 1.012 do Código Civil.

§ 1º – Os administradores têm poderes gerais para praticar todos os atos pertencentes à gestão da sociedade, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios, estando todos esses atos passíveis de nulidade em relação à sociedade;

§ 2º – Fica vedado ao sócio-administrador usar o nome da firma para fins estranhos ao objetivo social, ou seja, abonar, endossar, dar carta de fiança, avalizar ou qualquer outro tipo de documentos que impliquem responsabilidade para a sociedade, ficando os sócios, desde já, se tais atos praticar, responsabilizados individualmente pelos mesmos;

§ 3º – O sócio-administrador poderá eleger, devidamente com suporte por Instrumento Público, procuradores para atividades específicas;

§ 4º – Todos os sócios farão jus a uma retirada mensal a título de *pró-labore*, fixada de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, sendo o valor correspondente até o limite de isenção da Tabela de Imposto de Renda.

§ 5º – Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA VIII – PRO-LABORE

Os sócios em exercício de cargo na sociedade farão jus a uma retirada mensal a título de *pró-labore*, fixada de comum acordo dentro dos limites estabelecidos pela sociedade com base na decisão majoritária do capital social, que serão levados a débito de despesas, cujo lançamento obedecerá o que dispõe a Legislação Fiscal.

CLÁUSULA IX – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios, quando não forem por consenso unânime, serão tomadas em reunião, devendo ser convocada nos termos dos arts. 1.072 e 1.152 do Código Civil.

§ 1º – A reunião, no entanto, torna-se dispensável quando os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que dela seria objeto.

§ 2º – Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelo administrador será apresentada à Junta Comercial, para arquivamento e averbação.

CLÁUSULA X – EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social é anual, sendo encerrado no último dia do mês de dezembro, onde serão levantadas as demonstrações contábeis que deverão ser transcritas no livro diário da sociedade. Os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

CLÁUSULA XI – DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

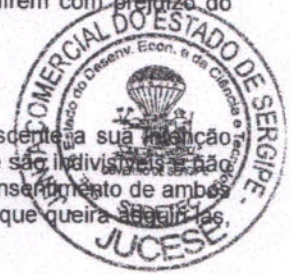
Os sócios participam dos lucros e perdas, nos termos da legislação fiscal, podendo inclusive ser em proporções diferentes à da distribuição do capital social.

(Assinaturas manuscritas)

Parágrafo único – Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA XII – CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU VENDA DE QUOTAS

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar ao sócio remanescente a sua intenção através de carta, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas, caucionadas, cedidas, transferidas ou vendidas, sem o expresse consentimento de ambos os sócios, cabendo em igualdade de condições e preços o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de o outro sócio pretender ceder as que possuem.



CLÁUSULA XIII – RETIRADA, FALECIMENTO OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

Ocorrendo retirada, interdição, inabilitação ou falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não será dissolvida. Os haveres do sócio retirante, interditado ou inabilitado serão pagos pelo

sócio remanescente em 10 (dez) parcelas mensais, iguais, consecutivas e com juros, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a data do evento.

§ 1º – No caso de falecimento, a sociedade poderá continuar com os herdeiros do *de cujus*, salvo se o sócio remanescente optar pela dissolução da mesma. Os herdeiros do sócio falecido poderão optar entre a participação na sociedade ou o recebimento dos haveres constatados do sócio falecido, sendo estes pagos nas mesmas condições descritas no *caput* desta cláusula;

§ 2º – Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo *de cujus*, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade;

§ 3º – A maioria representativa de mais da metade do capital social poderá excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade. A exclusão de que trata esta cláusula será determinada em reunião dos sócios, convocada para essa finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia;

§ 4º – A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade. A retirada ou exclusão também não o exime de responsabilidade pelas obrigações sociais posteriores e em igual prazo como o previsto neste parágrafo, enquanto não se requerer a averbação da resolução.

CLÁUSULA XIV – CASOS OMISSOS

Nos casos omissos neste contrato, a sociedade se regerá pela Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

CLÁUSULA XV – FORO JURÍDICO

As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Aracaju/SE, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram formalmente sob as penas da lei de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(Assinaturas)

SEINFRA

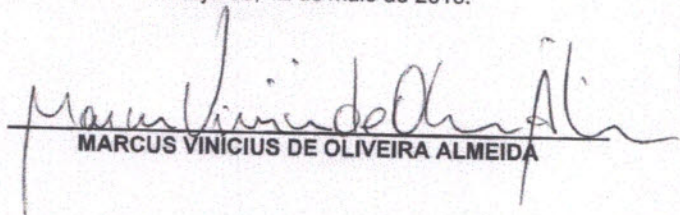
Fls.

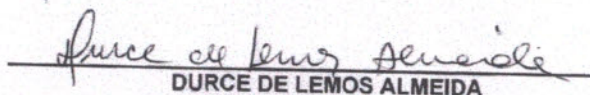
293

Rub

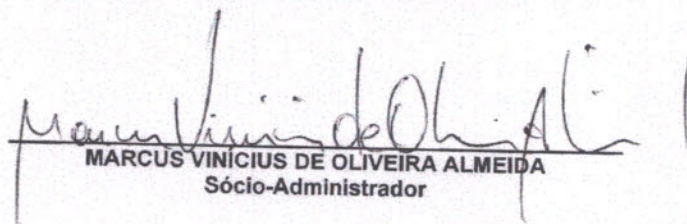
E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, que produza efeitos legais.

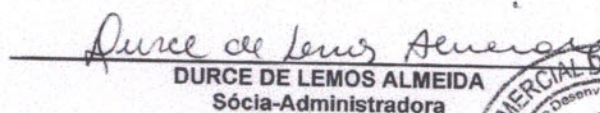
Aracaju/Se, 12 de maio de 2015.



MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

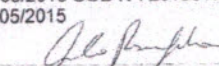

DURCE DE LEMOS ALMEIDA


ASSINATURA DA FIRMA POR QUEM DE DIREITO:


MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Sócio-Administrador


DURCE DE LEMOS ALMEIDA
Sócia-Administradora

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/05/2015 SOB Nº: 20150178484
Protocolo: 15/017848-4, DE 21/05/2015
JUCESE
Empresa: 28 9 0014495 9
PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL
LTD - EPP


MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/05/2015 SOB Nº: 20150178484
Protocolo: 15/017848-4, DE 21/05/2015
JUCESE
Empresa: 28 2 0021350 8
PROSIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL
LTD - EPP
Aju
MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL



8